
O NEGRINHO DO PASTOREIO E A ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL: HISTORIOGRAFIA E IDENTIDADE



Rafael Petry Trapp
Acadêmico do Curso de História – UNISC
E-mail: rafaelpetrytrapp@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo busca analisar aspectos da história da escravidão no Rio Grande do Sul, através do estudo da lenda do *Negrinho do pastoreio*. Realizou-se um breve relato da lenda, observando o contexto de seu surgimento, suas diferentes versões e as maneiras como alguns dos principais folcloristas brasileiros e sul-rio-grandenses perceberam o seu significado. Constatou-se que a lenda é objeto de uma disputa historiográfica maior, ainda que velada, pelo estatuto da escravidão no Rio Grande do Sul, constituída por parte da historiografia gaúcha em torno do mito da “democracia pastoril”. Enfatiza-se, acima de tudo, que, para além das disputas historiográficas e identitárias, a lenda diz respeito ao sofrimento real de incontáveis “negrinhos do pastoreio” na história da escravidão no Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Negrinho do Pastoreio. Escravidão. Historiografia.

INTRODUÇÃO

O imaginário e a mentalidade popular no Rio Grande do Sul têm sido, ao longo do tempo, pródigos na concepção e no registro de um sem-número de contos, histórias fantásticas, lendas e mitos relacionados às mais diversas situações e contextos históricos. Nas mais diversas regiões do estado existem causos e lendas, uns mais conhecidos, outros menos, porém, a recorrência dessas histórias é uma constante curiosa e interessante.

Nos contos e lendas populares, pode-se ler e perceber as aspirações, as expectativas, os temores e o cotidiano das pessoas, da vida privada e da sociedade na qual esses contos e lendas surgiram e eram contados. No Rio Grande do Sul do passado, homens, mulheres, crianças, estancieiros, escravos, índios, padres, mascates, *chinas* e militares, têm estado presentes no conjunto de lendas e causos dessa região do Brasil e de boa parte da região platina, configurando-se, portanto, em importantes e valiosas fontes para o estudo da história do Rio Grande do Sul, bem como do imaginário popular e das mentalidades individuais e coletivas.

O número de lendas, como já mencionado, é bastante grande. Apesar de muitas dessas lendas permanecerem vivas apenas na tradição oral do Rio Grande do Sul grande parte delas foi compilada e codificada por importantes escritores, como: João Simões de Lopes Neto, Fagundes Varela, Augusto Meyer e Alcides Maia. Entre as lendas mais conhecidas estão a da

M'boitatá, a da *Salamanca do Jarau*, a dos *Cabos Negros*, a do *Boi das Aspas de Ouro*, entre muitas outras.

O presente trabalho apreciará como objeto de estudo e análise a lenda do *Negrinho do Pastoreio*, bastante popular no Rio Grande do Sul, e imortalizada na versão de João Simões de Lopes Neto –, apesar de haver muitas outras versões da lenda. Esta, que é talvez a mais famosa lenda sul-rio-grandense, enseja o estudo de uma série de questões, envolvendo várias disciplinas, como a Antropologia, os estudos do Folclore e a História.

A multiplicidade e a riqueza de elementos e características históricas na lenda do Negrinho possibilitam que se pense com mais acuro e profundidade os condicionantes históricos, psicológicos e antropológicos da lenda, além de ser um indicativo do sucesso e do apelo popular que a lenda tem tido ao longo de sucessivas gerações.

A lenda gaúcha do Negrinho do Pastoreio será analisada neste trabalho no sentido de se perceber os elementos históricos e documentais passíveis de serem deduzidos e extraídos dessa estória, no sentido de fornecer novos subsídios para a história social do Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX, tanto no que se refere à escravidão e às relações entre estancieiros e escravos, quanto aos desdobramentos e permanências das concepções relacionadas ao escravismo, no imaginário popular na contemporaneidade, através do estudo do conteúdo mítico e lendário.

Como aporte teórico e metodológico, tomou-se de empréstimo as reflexões de Robert Darnton, historiador francês que, estudando as lendas e a mentalidade dos camponeses franceses no período do Antigo Regime, no já clássico livro *O grande massacre dos gatos*, legou algumas definições e diretrizes para o uso e a riqueza proveniente das lendas e dos contos populares. Assim, para este autor

[...] os contos populares são documentos históricos. Surgiram ao longo de muitos séculos e sofreram diferentes transformações, em diferentes tradições culturais. Longe de expressarem as imutáveis operações do ser interno do homem, sugerem que as próprias mentalidades mudaram. (1986, p. 26)

Através dos contos e lendas, o historiador obtém acesso, ainda que parcial e deveras incompleto, ao universo mental das massas analfabetas do passado, que, ao menos na França de Darnton – e, certamente, para a maioria da população sul-rio-grandense dos séculos XVIII e XIX –, tinham na tradição oral talvez a única maneira de expressão pessoal e cultural, ainda que de modo inconsciente. O estudo dos contos pode permitir, portanto, a reconstituição de

tradições orais existentes há muito tempo. O concurso das disciplinas da Antropologia e do Folclore são, na visão do autor, indispensáveis ao historiador interessado nessas questões, posto que antropólogos e folcloristas utilizam-se de técnicas que podem ser aplicadas ao folclore ocidental, enfatizando a ligação dos contos com o ato narrativo e com o contexto histórico (DARNTON, 1986).

Neste ponto, faz-se a necessária ressalva ao uso de concepções teóricas e metodológicas oriundas de uma análise realizada em outro contexto que não o brasileiro e, mais especificamente, o sul-rio-grandense. Ainda que não haja correspondência direta entre a realidade e o cotidiano dos camponeses franceses e dos escravos e estancieiros no Rio Grande do Sul dos séculos XVIII e XIX, optou-se pelo uso de algumas ferramentas teóricas, que possibilitassem o estudo de características das mentalidades no Rio Grande do Sul, observando, sempre que possível, os limites desses usos e apropriações teórico-metodológicas, atentando para o fato de que contextos diferentes pedem atenção às especificidades.

A lenda do Negrinho do Pastoreio configura-se preciosa fonte para uma variedade grande de estudos, porém serão enfatizadas nesse trabalho as questões pertinentes à história do Rio Grande do Sul, e, mais detidamente, à história da escravidão africana, do final do século XVIII, passando pelo século XIX, até a data limite/símbolo do fim da escravidão no Brasil, ou seja, a Abolição, de 1888. Além disso, procurar-se-á historicizar a lenda, observando-se as diferentes versões existentes, em que contexto cultural e intelectual são produzidas e/ou reproduzidas e quais são os sentidos atribuídos ao Negrinho nos mais diferentes contextos históricos e culturais.

O NEGRINHO DO PASTOREIO: A LENDA

A lenda do Negrinho do Pastoreio é considerada por vários autores como a mais conhecida, popular, bela e importante lenda do Rio Grande do Sul. A história do sofrido negrinho foi contada e recontada por gerações, compilada e reescrita por autores de renome como Simões Lopes Neto, Apolinário Porto Alegre, Cezimbra Jacques, Alfredo Varela, Barbosa Lessa, entre outros. Encenada em peças de teatro, na poesia e no cancionero tradicionalista sul-rio-grandense, o negrinho virou um dos símbolos do Rio Grande do Sul.

Nas denominações comuns da estória do Negrinho, costuma-se intitulá-lo ora como mito, ora como lenda. Para o intelectual e folclorista Câmara Cascudo (2001), o mito é um objeto ou algum ser fabuloso, às vezes com figura humana ou animal, de pedra ou planta; em torno do

mito há sempre uma lenda, transmitida oralmente e modificada com os sucessivos relatos. Os mitos do Negrinho do Pastoreio, do Saci, da Mula-sem-cabeça, do Lobisomem e da Caipora, entre muitos outros, são exemplos nesse sentido.

Já a lenda é, ainda segundo Cascudo (2001), qualquer episódio heróico e/ou sentimental com elemento sobrehumano e maravilhoso, transmitido e conservado pela tradição oral popular, localizável no tempo e no espaço. A lenda conserva características em comum com os contos populares, que são a antiguidade, a persistência, o anonimato e a oralidade, sendo que os processos de transmissão, circulação e convergência são os mesmos que regulam a dinâmica da literatura oral. Além disso, a lenda é

independente da psicologia coletiva ambiental, acompanhando, numa fórmula de adaptação, seus movimentos ascensionais, estáticos ou modificados. *Muito confundida com o mito, a lenda dele se distancia pela função e confronto.* O mito é o duende, o objeto ao redor do qual a lenda si cria. A lenda da Mãe d'água, a lenda de Santo Antônio, a lenda do Negrinho do Pastoreio e outras são exemplos. (2001, p. 328. Grifo nosso)

Nesse esforço conceitual, Bavaresco (2000) sustenta que na lenda do Negrinho há uma oposição entre o tempo cíclico e o histórico. Nesse sentido, portanto, o mito desenvolver-se-ia em um “tempo cíclico, portanto repetitivo, enquanto que as narrações cristãs assumem o tempo histórico em forma de espiral, portanto de criação inovadora.” (2000, p. 15). Citando Chaves, o autor enfatiza que

não se poderá dizer que o texto *d'O Negrinho do Pastoreio* é uma lenda, *stricto sensu*, porque há, de um lado, um inegável substrato histórico, onde surgiu a lenda, ou seja, a sociedade escravista da estância. A lenda cumpre, aqui, uma função contraideológica em relação ao poder vigente dos estancieiros. Ela situa-se num espaço social, retrata tipos de comportamentos e analisa a realidade pampeana dentro do estilo naturalista (2000, p. 15-16).

A versão mais conhecida e difundida da lenda é certamente a de Simões Lopes Neto, publicada na imprensa pelotense em folhetim, em 1906, e em livro, na coletânea “Lendas do Sul”, em 1913, sendo também considerada a mais bela do ponto de vista estilístico e literário. Porém, este autor, apesar do reconhecimento (posterior) por sua versão, não foi o primeiro a compilá-la. A versão mais antiga é a de Apolinário Porto Alegre, publicada em 1875, sob o título de “O crioulo do pastoreio”. Seguem-se as versões de Alfredo Varela, publicada em sua

obra “História da Grande Revolução” (1897) e Cezimbra Jacques, no livro “Assuntos do Rio Grande do Sul” (1911).

Além dessas versões consagradas e do sucesso que a lenda tem tido no Rio Grande do Sul, há também diversas outras versões espalhadas pelo Brasil e região platina, principalmente no Uruguai, na Argentina e Paraguai. Não permanecendo nas fronteiras, mal definidas, do Rio Grande do Sul com o Uruguai, e consequência dos constantes movimentos de tropas e tropeiros entre os territórios da então província e do Brasil, a lenda espalhou-se e adquiriu feições próprias e específicas nesses lugares.

Na região platina, registraram-se versões nas letras dos uruguaios Javier Freyre (1890), Serafín Garcia, Juan Ambrosetti, Yamandú Rodríguez e Osiris Rodríguez Castillos. No Brasil existem muitas e diferentes versões para a lenda. Câmara Cascudo (2001) observa que a lenda chega a alcançar as fronteiras de São Paulo, havendo esporadicamente o aparecimento de atos de devoção ao Negrinho em diversos pontos do Brasil, levados a cabo, sobretudo, pelas famílias gaúcha. Uma anedota interessante sobre a difusão da lenda no território brasileiro é legada por Augusto Meyer, discorrendo sobre o fato de Euclides da Cunha, em “Os Sertões”, ter compilado uma versão da lenda do Negrinho. Meyer relata que

Quando Alcides Maia, num encontro casual, sustentou o caráter gaúcho dessa criação anônima, replicou-lhe Euclides da Cunha que ouvira o relato nos sertões nordestinos. ‘O que atribuí então, comentava mais tarde o escritor rio-grandense, e continuo a atribuir, ao fato de o terem ouvido e aprendido aqui soldados de infantaria do Nordeste, em longo contato com nossas populações campesinas’(1955, p. 119).

Portanto, a difusão da lenda até o Nordeste do Brasil poderia ser explicada pelo contato que soldados oriundos do Nordeste tiveram com a população rio-grandense no século XIX, nos diversos conflitos que tiveram solo no Rio Grande do Sul, como a Guerra da Cisplatina, a Revolução Farroupilha, a Guerra do Paraguai e, mais posteriormente, em sentido inverso, devido ao expressivo contingente de soldados sul-rio-grandenses nas campanhas de Canudos. Porém, a maioria dos autores e folcloristas gaúchos, como Augusto Meyer e Antônio Augusto Fagundes, insiste no caráter genuinamente sul-rio-grandense da lenda e nas especificidades históricas, que cercam o conteúdo lendário. Assim, Meyer (1955, p. 117) destaca que “foi no ambiente pastoril que se formou o mito do Negrinho do Pastoreio”, ou seja, o ambiente dos pampas, do gado, das estâncias, das charqueadas, da escravidão e do Negrinho do Pastoreio.

Pode-se dizer que a lenda contém um fundo comum nas diferentes versões, tanto nas do Rio Grande do Sul quanto nas da região platina, principalmente do Uruguai. De maneira sucinta, a lenda é a história de um negrinho, escravo órfão, que pertencia a um estancieiro. Este, que era muito mau, mandou surrar o pequeno escravo em função de esse ter perdido um animal que pastoreava. Sendo açoitado com crueldade, o negrinho pareceu estar morto e foi atirado, a mando de seu patrão, em um formigueiro, para que fosse comido pelas formigas e desaparecesse. A partir deste dia, o negrinho seria visto a vagar pelos pampas, sendo conhecido como o “protetor” dos objetos perdidos. Fagundes salienta que

Alguns elementos são invariáveis nas muitas versões: a) o Negrinho era escravo. b) seu patrão era malvado. c) o Negrinho cuidava animais em pastoreio, ou pastorejo. d) o Negrinho perdeu um animal, ou alguns animais. e) o Negrinho foi cruelmente açoitado, uma ou mais vezes. f) o Negrinho morreu, ou pareceu morrer, em consequência da surra. g) o Negrinho foi atirado na ‘panela’ de um formigueiro. h) o Negrinho é o achador de coisas perdidas. i) o Negrinho ‘cobra’ um toco de vela e/ou um naco de fumo por seus serviços. (2003, p. 121)

Como se pode depreender da leitura das diversas versões da lenda, algumas diferenças são bastante significativas, apesar do mencionado fundo comum. A versão de Cezimbra Jacques seria, para Fagundes (2003), a mais fiel à versão “que eu, piá de campanha, ouvia nos galpões do Ijiquicú ou do Inhanduí, inclusive dizendo ‘pastorejo’ e não ‘pastoreio’.” (p. 120). Esse relato corrobora a questão da difusão da lenda em território sulino, posto que pastorejo é o termo em espanhol para pastoreio.

Porém, a versão simoniana foi a que mais se difundiu, tornando o autor referência fundamental para se discutir as lendas gaúchas e, em especial, a lenda do Negrinho. O autor estilizou a lenda, dotando-a de uma qualidade estética e literária até então ausente nas outras versões. É importante salientar o fato de que o autor introduziu alguns elementos à lenda que acabaram “naturalizando-se”, em função de seu sucesso, e tornando-se quase que integrantes fundamentais da lenda. Tais são o cavalo baio, o filho do estancieiro, as corujas, os graxains e, principalmente, o motivo religioso da Nossa Senhora.

Assim, a introdução de Nossa Senhora no conteúdo lendário foi interpretada, como se pode perceber na opinião de folcloristas como Augusto Meyer e Câmara Cascudo, como se a lenda fosse de fundo essencialmente cristão. Meyer (1955) considera que a introdução deste motivo religioso e cristão por Simões de Lopes Neto, além da qualidade estilística (inegável, sem dúvida),

Não foi infiel em detalhe senão para acentuar ainda mais o seu cunho crioulo e o seu profundo sentimento religioso. Introduzindo, em comentário ao tema dominante, o motivo de Nossa Senhora, madrinha do Negrinho, ‘madrinha dos que a não têm’, deu-lhe uma graça perfeita, uma luz mais viva, completando-lhe a harmonia de forma e de fundo. Será esse um dos raros casos em que o estilizador conseguiu transplantar uma linda criação anônima sem lhe deturpar a magia inimitável (1955, p. 118).

Da mesma forma, Cascudo (2001, p. 418) diz que a lenda do Negrinho do pastoreio “é um mito religioso, de fundamento católico e europeu, com a convergência de atributos divinos ao martirizado Negrinho, canonizado pelo povo.” Ora, não se deve deixar de considerar, hipoteticamente falando, que esses autores, que são conhecidos e reconhecidos por importantes trabalhos e análises no campo do folclore no Brasil, serem provavelmente devedores de uma concepção da escravidão e do papel do negro na sociedade brasileira, e mais especialmente, do Rio Grande do Sul, minimizadora de sua importância social e econômica e do sofrimento inerente à sua condição de escravo.

Desse modo, atribuir um estatuto “essencialmente cristão” à lenda parece estar em desacordo com a própria história, dado o caráter ambíguo, por exemplo, da relação, no Brasil, da Igreja Católica com a escravidão. Trata-se de uma hipótese, a ser discutida no próximo tópico.

O NEGRINHO DO PASTOREIO E A ESCRAVIDÃO NO RIO GRANDE DO SUL: OS MITOS

Neste item pretende-se realizar uma análise histórica da lenda do Negrinho do Pastoreio, especialmente no que concerne à relação da lenda com a escravidão no Rio Grande do Sul. Na medida do possível, analisar-se-á o quanto de “histórico” pode-se depreender da leitura das principais versões da lenda, especialmente as mais antigas e a de Simões de Lopes Neto. Porém, antes de analisarmos essa relação, convém que se conheça o que os principais folcloristas e comentadores da lenda do Negrinho pensaram a esse respeito, ou seja, a relação entre o Negrinho lendário e os negrinhos “históricos”.

Parece haver um consenso entre esses folcloristas sobre a profunda ligação entre a lenda e a escravidão, malgrado diferentes interpretações. Para Augusto Meyer, foi no ambiente pastoril das estâncias escravistas que se produziu o mito do Negrinho do Pastoreio. Nesse ambiente de quotidiana dureza no trabalho e de autoritarismo e truculência nas relações pessoais e sociais, indispensáveis à produtividade, os casos de “alta crueldade, as judiarias bestiais, por menos

amiudadas, deviam forçosamente repercutir mais fundo na memória e deixar marcas mais sensíveis na vida sentimental dos *simples*” (MEYER, 1955, p. 117. Grifo nosso).

Para explicar o surgimento da lenda, Meyer recorre ao espanto diante da crueldade, decorrido de algum fato impressionante, marcado a terror e piedade na memória dos campeiros. Para esse autor, o Negrinho tornou-se um mártir, fruto de um “desejo de compensação e desforço [sic] que devia necessariamente vazar-se em vaga de forma religiosa” (MEYER, 1955, p. 117). A sua difusão seria explicada pelas baixas formas de credence à manifestação da solidariedade humana, transformando-se ainda o Negrinho em símbolo identitário.

Ainda segundo Meyer, os elementos contidos na lenda em si só não justificariam seu sucesso, se não estivesse a estória do sofrimento do Negrinho amparada no sofrimento pretérito de incontáveis negrinhos sacrificados pela iniquidade da escravidão no Rio Grande do Sul. Apesar disso, Meyer (1955) ressalta o seu entendimento de que a lenda tem um fundo essencialmente cristão (opinião também partilhada por Câmara Cascudo, como mencionado anteriormente), dizendo ainda que

O mito do Negrinho do Pastoreio é genuinamente rio-grandense: nascido no estrume da escravidão e refletindo o meio pastoril em que se formou, respira a mesma religiosidade que anda associada aos outros casos de escravos considerados mártires [...] (p. 119).

O folclorista Antônio Augusto Fagundes partilha da mesma opinião relativa à intrínseca relação entre o Negrinho e os negrinhos e do caráter genuinamente rio-grandense da lenda; porém, parece não adotar a mesma concepção do caráter religioso e cristão apregoado por Meyer e Cascudo. Ao invés disso, esse autor propõe uma visão mais abrangente, universalista e humanista do Negrinho e do seu significado. A lenda não seria apenas dos negros, das crianças, dos pobres e dos campeiros, mas de todos. Esta

É a lenda de negros e brancos, de crianças e adultos, de campeiros e cidadãos, de ricos e de pobres, de gringos e de pelo-duros. Por isso mesmo é a lenda da fraternidade gaúcha, de amor entre as pessoas, a revolta de gente moralmente bem formada contra a brutalidade da escravidão (FAGUNDES, 2003, p. 119).

Pode-se perceber que há algumas semelhanças com a opinião de Meyer, mas o discurso universalista e o apelo à fraternidade constituinte do caráter gaúcho e à existência de um padrão moral para a condenação da escravidão não se encontram presentes no texto de Meyer.

De qualquer forma, uma espécie de vergonha perpassa as considerações de Meyer e Fagundes sobre a escravidão. Aquele recorre a uma suposta “essência cristã” para minimizar a importância da escravidão, enquanto esse lança mão de argumentos de cunho ético e universalista para empresa semelhante. A questão da vergonha e do trauma para a explicação do mito pode ser percebida tanto em Meyer quanto em Fagundes (2003), considerando, nesse sentido, que a lenda do Negrinho do Pastoreio

É também uma prova que a gauchada via com vergonha essa mancha de nossa História: a morte de um inocente negrinho às mãos de um estancieiro *louco* traumatizou de tal modo o grupo social que o Negrinho do Pastoreio foi envolto em odor de santidade na devoção popular (p. 119. Grifo nosso).

A referência à loucura do estancieiro por Fagundes é interessante, pois daí pode-se deduzir a utilização de um argumento de excepcionalidade – ou seja, a loucura – para minimizar o caráter rotineiro dos maus-tratos e da crueldade da escravidão, manifesta não só em atos de maldade, mas, também, e principalmente, em função de sua própria existência, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul.

Porém, nem todas as análises procuram minimizar os sofrimentos da escravidão. Bakos e Bernd (1998) propõem um olhar diferente da lenda. Para essas autoras, a lenda do Negrinho do Pastoreio, sob a pena de Simões de Lopes Neto, inscreveu definitivamente o negro como elemento fundador da identidade sul-rio-grandense. A versão simoniana da lenda representaria literariamente as relações de poder que regiam as estâncias no Rio Grande do Sul, ou seja, do embate entre o negrinho e o estancieiro depreende-se a relação dominante/dominado. Assim, o fato de a lenda, ao menos na versão consagrada de Lopes Neto,

Mostrar o mundo às avessas – o senhor prostrado diante do escravo – mesmo no contexto sobrenatural do milagre – revela o inconsciente coletivo do gaúcho que queria ver definitivamente cessada a ordem vigente que autorizava os castigos físicos dos escravos até a morte (BAKOS; BERND, 1998, p. 83).

A relação de violência intrínseca à estória do Negrinho era uma espécie de denúncia da degradação da condição humana no sistema senhorial e escravista. O milagre, por sua vez, remetia “à superação do mundo corrompido, restabelecendo – por via do imaginário e do

fantástico, é certo – a dimensão da liberdade.” (CHAVES apud BAKOS; BERND, 1998, p. 83).

Para as autoras, a circunstância de ser o negrinho o protetor das coisas perdidas tem uma função simbólica importante, posto que esse simbolismo estaria ligado à ideia de culpa. Assim, na lenda do Negrinho do Pastoreio o simbolismo da perda está associado à

Recuperação do que foi perdido, apontando, portanto, para um sentido positivo de regeneração. Nesta medida, no imaginário rio-grandense, a figura do negro se configura como possibilidade de resgate de coisas perdidas, evocando, num mundo escravista em desagregação, a esperança do reencontro (BAKOS; BERND, 1998, p. 84).

Em artigo sobre a questão ético-matefísica na lenda do Negrinho do Pastoreio, tal como concebida por Simões de Lopes Neto, Agemir Bavaresco (2000) partilha de opinião parecida, ao sustentar que o Negrinho é um personagem associado à escravidão e à questão da negritude. Nas palavras do autor, a “lenda do Negrinho coloca o problema da escravidão e a superação da mesma em nível simbólico pela afirmação identitária religiosa [...]” (BAVARESCO, 2000, p. 12). Observe-se, nesse sentido, uma inversão importante, na qual a lenda supera o drama enquanto evento simbólico da narração do reconhecimento entre o estancieiro e o escravo. Assim,

A brutalidade do estancieiro pode ser verificada no texto simoniano enquanto reflexão sobre o exercício do poder autocrático e na denúncia da dominação patrimonialista traduzida nas relações de arbítrio e violência instaladas na estância (BAVARESCO, 2000, pp. 17-18).

Como se pôde observar, as opiniões são as mais diversas, por vezes convergentes e divergentes. Estabelecidas algumas das principais visões sobre a lenda e sua relação com a escravidão, passe-se, de imediato, à análise histórica dessa relação.

OS NEGRINHOS DO PASTOREIO

O tema da escravidão sul-rio-grandense é um dos mais polêmicos para os historiadores e entusiastas da história do estado. A importância da mão de obra escrava para a formação econômica e da presença no escravo e do negro na constituição da identidade social e cultural gaúcha tem mobilizado opiniões diversas e apaixonadas. A escravidão foi, durante muito

tempo, desconsiderada ou mesmo esquecida, quando se falava na história do Rio Grande do Sul.

Da segunda metade do século XIX, com o predomínio de uma historiografia positivista e oficialista, com ênfase na história política, até o surgimento de uma nova pesquisa histórica acadêmica, a partir da segunda metade do século XX, os escravos e o negro foram relegados a raquíticas linhas nos compêndios da gloriosa história sul-rio-grandense. Quando não simplesmente ignorados, a relevância do escravo na constituição histórica gaúcha foi descaradamente minimizada. De maneira análoga ao mito da democracia brasileira, construiu-se na historiografia gaúcha um mito semelhante, o da “democracia pastoril”, como, por exemplo, na obra de Oliveira Vianna, “Populações Meridionais do Brasil – O campeador rio-grandense” (1973).

Sob os auspícios de uma historiografia que se esforçava por negar a presença da escravidão e a importância do negro na formação do estado, e também, em parte, sob a influência de Saint-Hilaire, que havia comentado em seu livro *Viagem ao Rio Grande do Sul* (2002) que os escravos nas estâncias eram poucos e viviam em um regime de quase fraternidade e amizade com os estancieiros, compartilhando dos mesmos espaços e do mesmo chimarrão, a escravidão gaúcha converteu-se em um capítulo esquecido da história e da historiografia rio-grandense.

O mais estarrecedor é constatar que esse pensamento em relação à escravidão continua tendo ecos e adeptos contemporaneamente. Observou-se no tópico anterior que há um esforço, ainda que sub-reptício, para minimizar a chaga da escravidão, atribuindo-lhe caráter cristão ou universalista. O desenvolvimento de uma historiografia profissional e acadêmica nos últimos 30 anos, contudo, trouxe novas visões e estabeleceu novos paradigmas para pensar a escravidão no Rio Grande do Sul. Maestri considera que

Apenas muito lenta e imperfeitamente começa a ser superada a visão do Rio Grande do Sul desconhecido da pecha da escravidão, produto do trabalho livre, sobretudo lusitano, alemão e italiano. O reconhecimento do Rio grande do Sul como uma das grandes regiões escravistas do Brasil e das reais condições de existência do cativo sulino entram em choque com o mito fundador da sociedade gaúcha – a democracia pastoril geradora de uma formação social singular, desconhecida das desigualdades e contradições sociais (1997, p. 7-8).

Historiadores importantes estabeleceram-se a partir dos principais centros acadêmicos do Rio Grande do Sul e têm desenvolvido uma produção historiográfica sobre a escravidão bastante

significativa, no sentido de aprofundar o conhecimento e derrubar os vários mitos sobre a escravidão e o negro na história rio-grandense. Como principais expoentes dessa historiografia estão Mário Maestri, Paulo Moreira, Margareth Bakos, entre outros.

Tem-se, neste artigo, a firme convicção da importância estruturante da escravidão na formação histórica do Rio Grande do Sul e do negro como constituinte do que se convencionou chamar de identidade gaúcha. Nesse sentido, compreende-se a estória do Negrinho como um documento histórico que nos permite ter acesso, ainda que de forma bastante abstrata, ao ambiente mental nas estâncias, tanto para escravos quanto para estancieiros. A lenda é registro incontestável dos horrores escravistas e atesta, ao contrário do que pensam folcloristas como Meyer e Fagundes, o caráter corriqueiro da opressão e das relações de poder autoritárias e cruéis presentes nas estâncias escravistas do Rio Grande do Sul.

O escravismo perpassava toda a extensão da sociedade e da economia colonial e imperial. O que se convencionou historiograficamente chamar de Brasil Colônia e Brasil Império não pode ser pensado sem se considerar a escravidão como um dos pilares fundamentais do funcionamento social e econômico do Brasil. No Rio Grande do Sul, a situação não poderia ser diferente. Desde os primórdios da colonização da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o elemento escravo já aparece, exercendo as mais diversas funções, cozinheiro, pajem, soldado, pedreiro, peão. Para Maestri:

O escravo entrou em nossos territórios, definitivamente, ao lado dos primeiros lusitanos que chegaram ao Rio Grande do Sul. Entra, como já foi dito, nas bagagens destes últimos; ou, como seria melhor dito, carregando suas bagagens [...] O 'escravismo' gaúcho dos primeiros tempos foi um prolongamento do escravismo colonial brasileiro; vivia, no Sul, uma situação de dependência a outras formas de produção (1984, p. 35).

Os escravos africanos estarão presentes nas bandeiras paulistas do século XVII, que assediam e destroem as missões do Tape e também serão expressivos no processo de formação da Colônia do Sacramento, sendo utilizados em larga escala nas mais variadas atividades e como moeda de troca com a região platina, em função do comércio no Prata. Em 1725, consolida-se a presença lusitana na região com a fundação de Rio Grande, tendo em vista a localização estratégica e a utilização econômica do gado chimarrão espalhados pela região pampeana. Logo, outros centros de colonização, baseados na organização de "estâncias", como os Campos de Viamão e Gravataí, consolidar-se-ão.

A estância afirma-se, portanto, como um dos núcleos de povoação e em torno da qual se desenvolverá parte expressiva da economia gaúcha, mais tarde inserida no contexto das charqueadas. Ora, é precisamente em uma estância que se passa o drama do Negrinho, e é no contexto dessa produção econômica e das relações de poder subjacentes a esse modo de produção que o Negrinho sofrerá o injusto castigo de seu patrão, o estancieiro.

Maestri (1984) afirma que a presença dos escravos africanos nas estâncias é um tema bastante complexo, e não há uma definição exata dos papéis devidos aos escravos nessa forma de organização. O autor considera que somente um melhor manejo e análise documental, principalmente de inventários, poderá estabelecer com maior rigor o papel do escravo na estância. O manejo do gado e as atividades nas plantações de trigo são, contudo, algumas das atividades desempenhadas pelos escravos (MAESTRI, 1984). Assim, comprova-se a extensa utilização da mão de obra escrava nas atividades da estância, fato corroborado por numerosas fontes, como os relatos de Saint-Hilaire. O sofrimento do Negrinho pode ser explicado, em parte, pelas condições de trabalho e pelo fato de que

o escravismo exigia do escravo profunda submissão; exigia que ele se julgasse inferior, destinado, por natureza, à escravidão; incapaz de uma vida distinta. Para alcançar isso, o senhor podia premiar ou castigar. Nos primeiros tempos da Colônia, o poder de vida ou morte do senhor sobre o escravo era *objetivamente* (ainda que não juridicamente) absoluto (MAESTRI, 1984, p. 113).

Pode-se inferir daí um dos fundamentos da estória do Negrinho, posto que o seu senhor tinha um poder desmesurado sobre sua vida, a ponto de mandar surrá-lo por uma banalidade e jogá-lo em um formigueiro. A questão da inferiorização e da relação de subalternidade estão presentes na lenda do negrinho, de forma vertical, através do relho, e não horizontal, como arvoram os defensores da democracia pastoril, como vários autores da historiografia de matriz republicana e positivista brasileira e gaúcha, como Souza Docca e Oliveira Vianna.

Os castigos de escravos eram constantes também no Rio Grande do Sul. Em livro, com muita felicidade, intitulado *Triste Pampa*, o autor, Solimar Oliveira Lima, realiza uma análise muito interessante da vida e do cotidiano dos escravos no Rio Grande do Sul dos anos de 1818 a 1833, baseando sua pesquisa em fontes judiciárias diversas e processos-crime. O autor enfatiza, através da análise dos processos, a violência e a opressão do cotidiano dos escravos. Sendo constantemente castigados, muitos se revoltavam e matavam seus senhores. Muitos senhores pareciam realmente castigar seus escravos por qualquer ninharia, mostrando por eles extremo desprezo:

Pancadas na cabeça. Golpes na nuca. Machados, facas afiadas. Gritos de dor. Corpos cambaleantes caíam sem vida. Homens, como José Joaquim Mariano, ‘cruel com todos os escravos da fazenda’ de Manoel Veloso Rebello. Costumava-os castigar ‘por qualquer falta que eles tinham e por isso, tinham-lhe inimizado’. Foi assassinado por Rodolfo e Leopoldo, na vila do Rio Pardo, em ‘dias’ de agosto de 1828 (LIMA, 1997, p. 96).

Deste modo alguns dos mais tristes episódios da história sul-rio-grandense se escreviam. O Negrinho do Pastoreio, em que pese ser criação do imaginário social da população dos pampas e das estâncias, tem sua história inscrita nesse capítulo da história que muitos desconhecem e, da qual, outros muitos se esforçaram e continuam se esforçando por minimizar e tornar desconhecido.

CONCLUSÃO

Um fator importante a observar é que nem só de suor e sangue era feito o cotidiano dos escravos no estado. Existe uma historiografia já bastante expressiva que demonstra, além das iniquidades inerentes ao sistema escravista, tanto nas estâncias quanto nas charqueadas, a extrema complexidade das relações entre senhores e escravos, posto que havia vários tipos de escravos, alguns em condição mais “confortável” em relação aos outros.

Porém, acredita-se poder, depois de todas essas considerações, dizer seguramente que a “democracia pastoril” é um mito, e que a lenda do Negrinho do Pastoreio não deixa de se configurar em manifestação de resistência escrava, ainda que no plano das mentalidades e do imaginário, contra um sistema de organização social e econômica iníquo, posto que baseado na mão de obra escrava, trazida para o Brasil em condições subumanas e tratada como *res*, com pouca possibilidade de liberdade e uma existência digna.

Salienta-se ainda que muitas outras questões não puderam ser contempladas neste pequeno estudo. Pretendeu-se demonstrar a estreita ligação da lenda do Negrinho do Pastoreio com a escravidão no Rio Grande do Sul e algumas das principais visões e interpretações relacionadas não só à lenda, mas também à própria escravidão. Constatou-se, também, que de maneira provisória, que há uma constante disputa historiográfica, ainda que velada, na atribuição das características principais e dos fundamentos da lenda do Negrinho, bem como um jogo de identidades, pois o Negrinho pode ser cristão, de todos ou dos oprimidos.

De qualquer forma, o que se configura evidente é que, acima de tudo, essa é a história, sob forma mítica e lendária, de milhares de negrinhos e negrinhas que não tiveram direito à

dignidade de sua infância e de suas vidas, sofrendo muitas vezes em silêncio. Este artigo pretende somar-se às novas vagas historiográficas, que intentam dar voz e exprimir a vida às subjetividades escravas por debaixo do silêncio da historiografia sul-rio-grandense durante quase todo o século XX.

Referências Bibliográficas

BAKOS, Margaret M.; BERND, Zilá. *O negro: consciência e trabalho*. 2. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1998 (Síntese Rio-Grandense, 4).

BAVARESCO, Agemir. “O núcleo ético-metafísico do Negrinho do pastoreio de João Simões Lopes Neto”. In: *Razão e Fé*, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 37-49, 2000.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. São Paulo: Global, 2001.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Global, 1986.

FAGUNDES, Antônio Augusto. *Mitos e lendas do Rio Grande do Sul: folclore*. 8. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 2003.

LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no RS / 1818-1833*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

MAESTRI, Mário José Filho. *O escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1984.

_____. Prefácio. In: LIMA, Solimar Oliveira. *Triste Pampa: resistência e punição de escravos em fontes judiciais no RS / 1818-1833*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 7-10, 1997.

MEYER, Augusto. *Guia do folclore gaúcho*. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença: Instituto Nacional do Livro; Porto Alegre: IEL, 1975.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, [1973-1974]. 2 v.